ESPORTES E TURISMO

Secretário: MARCOS ARBAITMAN
Praça Antonio Prado, 9 - Centro - CEP 01010-904
Fone: 239-5822

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria do Chefe do Gabinete, de 5-6-2000
Determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, através da CPP da Pasta, com fulcro no Inciso XXII do art. 21, do decreto 14 743/80, visando apurar eventuais responsabilidades administrativas e/ou funcionais ocorridas na DREER de Ribeirão Preto, constantes do Proc. SET 1789/99, obedecendo o prazo estabelecido pelo art. 283, da Lei 10 261/68 e demais legislações pertinentes.

Termo de Rescisão de Convênio
Com Reconhecimento e Parcelamento de Débito.
Outorgante: Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo

Outorgado: Prefeitura Municipal de Timburi
Cláusula Primeira - O convênio, celebrado em 26 de junho de 1996, entre o Estado e o Município, visando a transferência de recursos financeiros para a iluminação do Estádio Municipal "Lúcio Martins Esteves", fica rescindido por descumprimento, pelo Município, do disposto na Cláusula Terceira.

Cláusula Segunda - O Município obriga-se a restituir aos cofres públicos estaduais a importância de R\$ 13.960,00 acrescida de R\$ 9.782,82, nos termos do disposto na Cláusula Oitava do Termo de Convênio, no total de R\$ 23.742,82.

Cláusula Terceira - O ressarcimento da quantia referida na cláusula anterior será feito em 11 (onze) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.978,56 e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 1.978,66.

§ 1º - O recolhimento será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, em guia apropriada, mediante depósito na Nossa Caixa/Nosso Banco S/A.

§ 2º - O Município encaminhará o comprovante do recolhimento de cada parcela ao Grupo de Tomada de Contas da Secretaria.

§ 3º - As parcelas recolhidas a destempe serão acrescidas de juros moratórios de 0,5 (meio por cento) ao mês.

Cláusula Quarta - O descumprimento do presente acordo ensejará o vencimento antecipado da dívida.

Cláusula Quinta - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado para dirimir as dúvidas oriundas do presente acordo e na eventual cobrança judicial do débito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Proc. SET nº 661/96

Termo de Convênio
Partes Convenientes: Secretaria de Esportes e Turismo e o Município de Paraiçubá. Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados à conclusão da quadra de esportes e reforma da sede social. Valor: R\$ 14.330,06, sendo R\$ 10.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$ 4.330,06 de responsabilidade da Conveniada. Prazo: O prazo de vigência do presente convênio dar-se-á até 60 dias, a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 02/06/2000. Proc. SET nº 1645/97.

Retificação do D.O. de 3-6-2000
No Proc. SET 161/98, onde se lê: Termo de Rescisão de Convênio, leia-se: Termo de Rescisão de Convênio com Reconhecimento e Parcelamento de Débito.

MEIO AMBIENTE

Secretário: JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros
CEP 05489-900 - PABX: 3030-6000

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SMA - 11, de 5-6-2000
O Secretário do Meio Ambiente, considerando que a eficiência e a eficácia das informações geradas no âmbito do Sistema Estadual do Meio Ambiente está diretamente ligada à sua disponibilização junto aos vários agentes que o integram;
considerando que as atividades e ações de planejamento, pesquisa, fiscalização, proteção e manutenção do meio ambiente dependem da confiabilidade e disponibilidade das informações geradas no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente;

considerando que, respeitadas as várias missões institucionais que integram o Sistema, o compartilhamento das informações geradas nas diversas unidades possibilitará a adoção de medidas preventivas e/ou corretivas, possibilitando uma ação mais rápida, eficiente e integrada dos vários agentes envolvidos no processo de decisão, resolve:

Artigo 1º - Fica criado, no âmbito desta Secretaria do Meio Ambiente, o Núcleo de Pesquisa em Tecnologia Avançada para Monitoramento e Proteção Ambiental - NATA, sob coordenação do Secretário Adjunto.

Artigo 2º - Ao NATA compete implantar, consolidar e manter um Banco de Dados Ambientais Único, contemplando imagens de satélite, mapeamentos e cartas de propósito temático, topográfico e geodésico e demais informações ambientais, disponibilizados em meios digitais e analógicos, com vistas a racionalizar e otimizar o acervo de informações existentes no âmbito do Sistema Ambiental do Estado.

Artigo 3º - Para o cumprimento de sua missão, o NATA deverá:

Implementar o Repositório dos Metadados e a Câmara de Compensação (clearinghouse) que responderá pelo compartilhamento dos dados no âmbito do Sistema.

Analisar, definir e coordenar todos os processos relativos à aquisição de insumos e serviços de geoprocessamento, sensoriamento remoto e demais sistemas de informações e base de dados ambientais oriundos do Sistema.

Artigo 4º - O NATA poderá ainda:
Propor programas de parcerias e cooperação tecnológica com instituições nacionais e internacionais nas questões relativas a geoprocessamento, sensoriamento remoto e sistemas de informação e base de dados ambientais;

Indicar parcerias e cooperações tecnológicas com instituições públicas, com vistas a promover iniciativas de desenvolvimento cooperado, redução ou compartilhamento de custos para programas, dados e padrões técnicos de interesse comum.

Artigo 5º - O NATA terá 60 dias a contar da data de publicação desta resolução para definir os integrantes da equipe técnica e apresentar os procedimentos necessários à sua efetivação.

Artigo 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

Comunicado
Em obediência à Resolução 5, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, jus-

tificamos e indicamos, a seguir, o pagamento necessário, referente adiantamento, que deve ser providenciado de imediato, para o bom andamento desta Coordenadoria, cujo não-cumprimento implicará prejuízos à ordem interna. Tal pagamento está sendo autorizado independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no Siafem. UGE 260105

VENCIMENTO	P.D. Nº	VALOR
05/jun/2000	2000PD00071	680,00
05/jun/2000	2000PD00072	889,92
05/jun/2000	2000PD00073	230,00
05/jun/2000	2000PD00074	100,00
05/jun/2000	2000PD00075	450,00
05/jun/2000	2000PD00076	550,00
05/jun/2000	2000PD00077	800,00
05/jun/2000	2000PD00078	3.380,00
05/jun/2000	2000PD00079	300,00
TOTAL		7.379,92

INSTITUTO DE BOTÂNICA

Termo de Prorrogação de Contrato
Contrato: 002/96 - Processo: SMA 20.857/95 - Termo: 002/99 - Contratante: Instituto de Botânica-SMA - Contratada: Eio Serviços Especializados S/C Ltda. - Objeto: Destinado à Prestação de Serviços de Manutenção de Áreas Verdes nas Dependências do Instituto de Botânica. Cláusula Segunda: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato principal por mais 12 meses, a contar de 22 de junho de 2000.

Termo Aditivo
Contrato 1/98 - Processo SMA 20.052/98 - Termo 1/2000 - Contratante: Instituto de Botânica - SMA - Contratada: Alsa Fort Segurança S/C Ltda.

Objeto: Destinado à realização dos serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial. Alterações - Cláusula Segunda: A contratada receberá o valor mensal de R\$ 39.753,00, sendo R\$ 88,34 o valor posto/dia - posto 24 horas diárias, diurno e noturno de segunda-feira a domingo, a partir de 25.05.2000. Cláusula Quinta- a) 10 vigilantes diurnos e b) 5 vigilantes noturnos

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Comunicado DEPRN - 44, de 5-6-2000
Em obediência à Resolução 5, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos a seguir os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de serem despesas inadmissíveis (adiantamentos). Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no Siafem. UGE 260104

VENCIMENTO	PD	VALOR
05/JUNHO2000	2000PD00810	4.000,00
05/JUNHO2000	2000PD00811	3.300,00
05/JUNHO2000	2000PD00812	4.400,00
TOTAL		11.700,00

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Comunicado
Em obediência à Resolução 5, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos a seguir o pagamento necessário, referente adiantamento, que deve ser providenciado de imediato, para o bom andamento desta Coordenadoria, cujo não-cumprimento implicará prejuízos de ordem interna. Tal pagamento está sendo autorizado independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no Siafem. UGE 260110

VENCIMENTO	P.D.	NºVALOR
02/JUN/2000	2000PD00129	800,00
02/JUN/2000	2000PD00130	340,00
02/JUN/2000	2000PD00131	400,00
02/JUN/2000	2000PD00132	400,00
02/JUN/2000	000PD00133	450,00
02/JUN/2000	2000PD00134	700,00
TOTAL		3.090,00

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procurador Geral do Estado:
MARCIO SOTELO FELIPPE
Avenida São Luiz, 99 - 4º andar
CEP 01016-040 - Fone: 3104-4101

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução de 2-6-2000
Designando a Consultoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, responder pelas atribuições da Consultoria Jurídica da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, no período de 5-6-2000 a 23-6-2000.

GRUPO DE TRABALHO DE DIREITOS HUMANOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado
A Coordenadora do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do artigo 4 da Resolução PGE 66/95, convoca os Procuradores do Estado Alessandra Seccacci Resch, Ana Claudia Vergamini Luna Frussa, Ana Lúcia de Barros Canha Roggero, André Brawerman, Anna Carla Agazzi, Antonio José Maffezoli Leite, Berenice Maria Giannella, Carlos Weis, Claudia Aparecida Simardi, Cristina de Freitas Cirenza, Cyro Saadeh, Daisy Rossini de Moraes, Daniela D'Andrea Vaz Ferreira, Daniela Rodrigues Valentim, Dery Barreto e Silva Filho, Fabiano Brandão Majorana, Fábio Teixeira Rezende, Flavio Américo Frassetto, Helena Omena Lopes de Farias, Jane Terezinha da Carvalho Gomes, José Damiano de Lima Trindade, José Renato Ferreira Pires, Juarez Sanfelice Dias, Luciana Penteadoliveira, Luiz Renato Pacheco Chaves de Oliveira, Marcelo Augusto Fabri de Carvalho, Marcelo Carneiro Novaes, Márcia Akiko Gushiken, Maria Carolina Carvalho, Maria de Lourdes d'Arce Pinheiro, Maria Helena Marques Bracero Daneluzzi, Marina Grisanti Reis, Milena Carla Azzolini, Monica de Melo, Monica Mayumi Eguchi,

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Patricia Helena Massa, Patricia Ulson Zappa, Patrícia Bonfá Martucci, Paulo Roberto Vaz Ferreira, Pedro Rogério Ignácio de Souza, Potyguara Gildoassu Grasiano, Renato Campos Pinto De Vito, Roberto Mendes Mandelli Jr., Silvana Cristina Bonifácio, Sílvia Aparecida Salviato, Sílvia V. D. Moreno, Ulisses José Ribeiro, Valéria Cristina Farias, Vera Maria de Oliveira Nadeo Lopes, Victor Hugo Albernaz Jr., Vitor André Zilio Maximiano e Vitória Aida Arruda Pereira de Oliveira, integrantes do Grupo de Trabalho, para reunião ordinária a ser realizada no próximo dia 09 de junho, às 10:00 horas, no Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, para avaliação e planejamento de atividades.

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

Comunicado
QUADRO DEMONSTRATIVO DO CONTINGENTE DA SÉRIE DE CLASSES EXISTENTE EM 30/06/99 DE ENGENHEIRO PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO.

SÉRIE DE CLASSES	TOTAL DE CARGOS POR CLASSE	TOTAL A SER PROMOVIDO
Engenheiro I	5	2
Engenheiro II	4	1
Engenheiro III	3	1
Engenheiro IV	2	1
Engenheiro V	7	2
Engenheiro VI	12	-
TOTAL GERAL	33	7

INSTRUÇÃO ESPECIAL
Processo Seletivo Especial para fins de Promoção por Merecimento

A Diretora do Centro de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do artigo 14 do Decreto 42.250, de 23/09/97, alterado pelo Decreto 42.419, de 04/11/97, torna pública a abertura do Processo Seletivo para fins de Promoção por Merecimento para os integrantes da série de classes de Engenheiro, referente ao exercício de 1999.

As promoções serão realizadas até o limite de 20% (vinte por cento) da quantidade global do contingente integrante da série de classes existente em 30/06/99.

O Processo Seletivo para fins de Promoção por Merecimento far-se-á mediante avaliação de títulos.

As inscrições serão recebidas no período de 12/06/2000 a 16/06/2000, das 9:00 às 18:00 horas, no Centro de Recursos Humanos Rua Boa Vista 103, 5º andar - Centro - CAPITAL.

DAS CONDIÇÕES PARA CONCORRER A PROMOÇÃO

1. Poderá inscrever-se o servidor que no dia 30 de junho de 1999:

1.1. estava em efetivo exercício;
1.2. era integrante de classe pertencente às séries de classes de Engenheiro;

1.3. tenha cumprido o interstício mínimo de efetivo exercício pelo período contínuo ou não, de 3 (três) anos de efetivo exercício na primeira, segunda e terceira classes e de 4 (quatro) anos na quarta e quinta classes;

2. De acordo com o artigo 6º do Decreto 42.250/97, o interstício será interrompido quando o servidor estiver afastado para prestar serviços ou para ter exercício em cargo ou função de qualquer natureza junto a empresa em que o Estado tenha participação majoritária pela sua Administração Direta ou Indireta, bem como junto aos órgãos da Administração Direta da União, de outros Estados e Municípios e de suas autarquias.

3. O servidor concorrerá ao nível imediatamente superior aquele que se encontrava enquadrado em 30/06/99.

DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição será feita a pedido do próprio servidor ou procurador devidamente habilitado mediante comprovação dos requisitos e preenchimento de formulários próprios;

2. Para inscrever-se o servidor deverá;

2.1. dirigir-se ao local de inscrição retirar e preencher a ficha de inscrição;

2.2. dirigir-se à Unidade responsável pela inscrição com;

a) ficha de inscrição preenchida e assinada;
b) relação de títulos;
c) xerox dos títulos relacionados e os originais para conferência.

3. A Seção de Pessoal expedirá Declaração constando as condições do servidor para concorrer a promoção e o tempo de efetivo exercício em que o servidor esteve nomeado em comissão ou designado para função de confiança, designado em substituição, ou para responder por cargo ou função-atividade vagas de comando e designado para a função "pro-labore", se houver, que será anexada à ficha de inscrição.

3.1 Se houver divergência entre os dados declarados pelo servidor e o constante da Declaração, a Seção de Pessoal deverá dar ciência ao servidor que deverá efetuar a correção em sua ficha de inscrição.

4. No caso de inscrição por procuração devem ser apresentados o instrumento de mandato, o documento de identidade do procurador e serem satisfeitas as exigências constantes dos itens anteriores.

5. As procurações devem ser individuais e não serão aceitas inscrições com pendências de documentos ou via postal.

6. O deferimento das inscrições dependerá, além do preenchimento das condições para concorrer, do correto preenchimento da ficha de inscrição pelo servidor ou seu procurador.

6.1. O deferimento/deferimento das inscrições será publicado no prazo de 10 dias úteis, a partir do encerramento das inscrições.

DOS TÍTULOS E DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

1. O processo seletivo para fins de promoção por merecimento constará de avaliação de títulos.

2. Os títulos, quando relacionados com as atividades desempenhadas pelo servidor, serão pontuados na escala de 0 a 100.

2.1. Os títulos serão avaliados na seguinte conformidade:

ITEM	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I	15 pontos
II	25 pontos
III	10 pontos
IV	10 pontos
V	07 pontos
VI	10 pontos
VII	02 pontos
VIII	15 pontos
IX	06 pontos

DOCUMENTOS - PONTUAÇÃO POR DOCUMENTO

I - Títulos Universitários, desde que não os exigidos para o exercício do cargo ou da função atividade ocupada:

Pontuação Máxima - 15 pontos

a) Doutorado - 5
b) Mestrado - 4
c) Graduação - 3
d) Pós Graduação

(incluções neste item cursos de Especialização tais como; Especialização em Saúde Pública; Administração Hospitalar; Engenharia Sanitária, Ambiental, de Segurança e outros afins) - 3

II - Participação em treinamentos de complementação técnica ou científica e desenvolvimento de pessoal, integrantes ou não do programa permanente de desenvolvimento profissional do servidor público.

Pontuação Máxima - 25 pontos

Períodos de 120 a 90 dias - 3

Períodos de 89 a 31 dias - 2

Períodos abaixo de 30 dias - 1

OBSERVAÇÃO - Para os cursos com certificação em carga horária, considerou-se cada 03 horas, 1 dia.

III - Participação em órgãos de deliberação coletiva - 5

Pontuação Máxima - 10 pontos

IV- Participação em comissões técnicas, grupos de trabalho, bancas examinadoras e assessorias especiais, constituídas com fim específico - 2

Pontuação Máxima - 10 pontos

V- Participação em congressos, simpósios e seminários - 0,5

Pontuação Máxima - 7 pontos

VI - Trabalhos realizados apresentados sob a forma de: a) livros publicados - 3

b) artigos publicados em periódicos técnicos ou científicos ou de entidades profissionais - 2

c) conferências pronunciadas ou trabalhos apresentados em congressos, simpósios ou seminários científicos e profissionais - 2

d) inventos, desde que registrados em órgãos competentes - 3

Pontuação Máxima - 10 pontos

VII - Aprovação em concursos públicos - 2 (1 por curso)

VIII- Tempo de efetivo exercício em que o servidor esteve;

a) nomeado para o cargo em comissão ou designado para função de confiança;

b) designado em substituição ou para responder por cargo ou função-atividade, vagas de comando;

c) designado para função de serviço público retribuída mediante "pro-labore", nos termos do art.º 28 da Lei 10.261/68;

d) designado para função "pro-labore" de que tratam; 1. o art.º 13 da L.C. 383/84 e alterações posteriores;

2. o art.º 13 da L.C. 439/85 e alterações posteriores;

Pontuação Máxima - 15 pontos

No exercício dos cargos/funções abaixo, considerou-se 30 dias = 1 período

Coordenador - 0,5
Dir. Téc. Dept.º, Dir. Téc. Dept.º de Saúde, Assessor Téc. Gabinete, Assist. Téc. de Coordenador e outros afins - 0,4

Dir. Téc. Divisão, Dir. Téc. Div. de Saúde, Assist. Téc. de Plan. e Ações de Saúde II, e outros afins - 0,3

Dir. Téc. Serviço, Dir. Téc. Serviço de Saúde, Assist. Plan.- C-II, Assist. Téc. de Direção II, Assist. Téc. Gabinete II, Assist. Téc. de Saúde II, Assist. Téc. Planj. de Ações de Saúde II e outros afins - 0,25

Assist. Plan.- C-I, Assist. Téc. Direção I, Assist. Téc. Gab.- I, Assist. Téc. Saúde I, Assist. Téc. Plan. Ações e Saúde I e outros afins - 0,2

Chefe de Seção Técnica, Chefe de Seção Técnica de Saúde, Supervisor de Equipe Técnica, Engenheiro Sanitarista Assistente e outros afins - 0,15

Encarregado de Setor, Encarregado de Setor Técnico de Saúde e outros afins - 0,10

IX - Outros considerados pertinentes - 6

Somente serão aceitos como títulos, na forma prevista neste item, os obtidos até o dia 30/06/99.

Os títulos apresentados por servidor que venha a ser promovido não poderão ser novamente avaliados nos processos seletivos de promoção por merecimento, na mesma série de classes.

DA CLASSIFICAÇÃO E DO RECURSO

1. A classificação final do servidor corresponderá à soma dos pontos atribuídos aos títulos, que não poderá ser inferior à 0,01 (um centésimo).

2. Haverá lista de classificação final por classes e por ordem decrescente.

3. Em caso de igualdade na classificação, terá preferência para promoção, sucessivamente, o servidor que tiver:

a) maior tempo de serviço na série de classes;
b) maior tempo de serviço público estadual;
c) maiores encargos de família;
d) mais idade.

4. O servidor poderá requerer à Diretora do Centro de Recursos Humanos, revisão dos pontos atribuídos aos títulos e a classificação final obtida, no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da publicação.

5. A decisão do pedido de recurso será publicada no D.O., no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data do encerramento do prazo de entrega para recurso.

DA HOMOLOGAÇÃO

1. O Procurador Geral do Estado, à vista de relatório apresentado pela Diretora do Centro de Recursos Humanos, homologará o Processo Seletivo para fins de Promoção por Merecimento, no prazo de 15 dias úteis, contados da publicação da classificação final.

CONSELHO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Extrato da Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 5-6-2000

Processo: COR nº 085/99

Interessado: Procuradoria Geral do Estado

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta dos Procuradores do Estado: L. A. R. B. e S. Q. M.

Relatora: Conselheira Jacqueline Zabeu Pedrosa

Deliberação CPGE Nº 206/06/2000: Reiniciada a sessão, o Conselho concluiu, quanto à indicada L. A. R. B., por unanimidade, pela aplicação da pena de demissão a bem do serviço público e demais providências ali propugnadas, nos termos do voto da Relatora; votou a maioria nos termos do voto da Conselheira Maria Regina Fava Focaccia, que atenua a pena em relação aos itens "a" e "b" da portaria inaugural, mas mantém a pena máxima em relação aos outros itens, vencidos os Conselheiros Rogério Pereira da Silva e Rosina Maria Eusébio Stern, que opinavam pela absolvição relativamente aos itens mencionados. Quanto ao indicado S.Q.M., opinou o Conselho por unanimidade pela absolvi